

Brasil aposta em integração energética entre países vizinhos

Nos próximos oito anos, parte da energia consumida no Brasil deverá vir de hidrelétricas no Peru e na fronteira com a Argentina. A longo prazo o rol de fornecedores poderá incluir até Guiana e Colômbia. As usinas nascem no plano de integração energética na América Latina, alvo de críticas, mas defendido pelo governo.

Até agosto, o governo brasileiro receberá estudos sobre duas hidrelétricas binacionais a serem construídas com a Argentina, no rio Uruguai, fronteira com o Brasil. Por meio da estatal Eletrobras, avalia construir uma usina de 2,2 mil MW no Peru, que já tem licença e deve ficar pronta em cinco anos. Quatro outros projetos peruanos podem entrar em pauta.

"Não vamos atender toda nossa demanda com os vizinhos. Mas quando se integra, aumenta-se a confiabilidade no sistema", diz o secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho.

Em sua avaliação, o continente é rico em fontes energéticas e limpas e a integração depende do empurrão do Brasil.

A desapropriação de refinarias da Petrobras pelo governo boliviano, em 2006, o aumento na tarifa da energia comprada de Itaipu demandado pelo Paraguai, e tentativas de cortar o fornecimento de gás ao Brasil para envio à Argentina, em 2008, também pela Bolívia, são episódios que fomentam as críticas à integração.

A usina térmica AES Uruguaiana, no Brasil, está desativada porque depende de gás da Argentina. Como o vizinho vive em crise de abastecimento do insumo, o gás não chega.

"Se há uma integração a ser feita, precisamos nos assegurar que ela não será ameaça ao dever de casa feito pelo Brasil, que é planejar nosso consumo com anos de antecedência", diz Cláudio Sales, do Instituto Acende Brasil. "O problema é que há uma distância grande entre o que é acordado e os fatos. No fim, quem paga pelos problemas são os brasileiros."

O Ministério de Minas e Energia argumenta que a integração energética será ampliada com base em tratados entre os países, que visarão proteger o abastecimento ao Brasil.

O mais recente foi assinado em junho, com o Peru. No país é analisada a construção de até cinco hidrelétricas _uma, em Iñambari, está em estudo de viabilidade pela Eletrobrás e a construtora brasileira OAS.

Tratados também regem as relações com o Paraguai e com a Argentina.

"Houve problemas especificamente com contratos, mas não com o abastecimento. No caso da Bolívia, o gás nunca deixou de ser entregue, porque havia um tratado. Em Itaipu, sempre recebemos energia. No caso argentino, o contrato que havia era entre as empresas, e não entre países. Risco zero não existe", diz Ventura.

Para Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a integração contribui para a estabilidade econômica de todos os países envolvidos. "Isso porque os alvos são projetos de energia limpa, barata e renovável, já que há um grande potencial de hidrelétricas na região", diz.